

# **VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI**

## **GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITO I**

**LUIZ GERALDO DO CARMO GOMES**

**CAROLINE VARGAS BARBOSA**

**CARINA DEOLINDA DA SILVA LOPES**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

**Diretoria - CONPEDI**

**Presidente** - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

**Diretor Executivo** - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

**Vice-presidente Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

**Vice-presidente Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

**Vice-presidente Sudeste** - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

**Vice-presidente Nordeste** - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

**Representante Discente:** Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

**Conselho Fiscal:**

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

**Secretarias**

**Relações Institucionais:**

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

**Comunicação:**

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

**Relações Internacionais para o Continente Americano:**

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

**Relações Internacionais para os demais Continentes:**

Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

**Eventos:**

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

**Membro Nato** - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

G326

Gênero, sexualidades e direito [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Carina Deolinda Da Silva Lopes; Caroline Vargas Barbosa; Luiz Geraldo do Carmo Gomes – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-974-2

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Gênero 3. Sexualidades. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



## VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

### GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITO I

---

#### **Apresentação**

O VII Encontro Virtual da CONPEDI, que ocorreu entre os dias 24 e 28 de junho de 2024, contemplou temáticas sobre “INCLUSÃO E TRANSDISCIPLINARIDADE” chamando à reflexão sobre os desafios enfrentados em tempos de inclusão e a necessidade de um olhar das múltiplas áreas cada vez mais transdisciplinar.

O Grupo de Trabalho sobre GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITO I, ocorreu no dia 27 de junho de 2024 e integram apresentações de diversos pesquisadores sobre o tema, sendo assim fazem parte desta publicação pesquisas apresentadas e desenvolvidas em diversos Programas de Pós-graduação em Direito do Brasil e abordaram temas relevantes e atuais, discutidos com frequência no âmbito do judiciário brasileiro e de grande relevância para toda a sociedade científica que vem estudando o direito sobre gênero, sexualidade e os parâmetros do direito.

Nesse encontro, percebemos a tendência de pesquisa em um parâmetro transdisciplinar e pós-moderno. Nessa perspectiva e, dentre as questões discutidas, apresentamos os posterres desta obra:

A INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA HUMANIDADE DA PENA NO TRATAMENTO DE APENADAS TRANS E TRAVESTIS de autoria de Rodrigo Américo Oliveira Silva, tratando a questão de gênero e a visão dos direitos humanos.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA de autoria de Taiane Camile Oja reflete a concepção do princípio da dignidade humana e a necessária proteção da mulher no período do parto.

Escrito por Milena Neves Piassa apresentam nesta publicação o artigo AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FACILITADORAS DA AGENDA 2030: O COMBATE DA INSTITUCIONAL DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ESTADO DE SÃO PAULO que questiona os relacionamentos em pós-modernidade e a efetividade da aplicação e concretização da Agenda 2030.

Os autores Melina Macedo Bemfica e Camile de Souza Alves trazem a pesquisa sobre EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO COMO FORMA DIMITIGAÇÃO DE FEMINIDADE DA POBREZA que pauta sua discussão no complexo exame da educação e desigualdades sociais.

O artigo ENTRE RUAS E DIREITOS: O BAIXO MERETRÍCIO NA RUA GUAICURUS E SUAS COMPLEXIDADES SOCIAIS de Marcelo Fernandes Camargo articula o atendimento e ponderação da dignidade humana e as complexidades sociais de gênero.

O texto EQUIDADE JURÍDICA: COTAS COMO FERRAMENTA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO TRANS de autoria de Eduardo Torres do Amaral Macedo dialoga numa perspectiva de novos direitos fundamentais e a busca por reconhecimento Trans e efetivação dos direitos humanos.

Sob a orientação do professor José Antônio de Faria Martos, e autoria de Laura Samira Assis Jorge Martos, Luiz Guilherme Lopes Bertelli Magrin apresenta-se o tema O ALISTAMENTO MILITAR PARA TRANSGÊNEROS NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL que enfrenta e aborda questões transdisciplinares a respeito do direito dos transgêneros em meio militar, abarcando a discussão também de igualdade e direitos humanos.

O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS: ANÁLISE DE DADOS DO CRAM (2018 - 2020), sob a orientação da professora Denise Mercedes Nuñez Nascimento Lopes Salles, autoria de Maria Eduarda Ramalho da Silva Antonella D'Angelo Mesquita Moraes, marcam dados e estudos sobre o direito de forma aplicada à prática da pesquisa em gênero.

Apresentamos também o poster sobre O PRINCÍPIO DA NÃO DISCRIMINAÇÃO E O DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO AGENTES NAS POLITICAS PUBLICAS DE COMBATE À LESBOFOBIA com orientação do professor Fabrício Veiga Costa e autoria de Hana Crsitina Oliveira Fonseca, abrangendo a temática constitucional dos direitos fundamentos e políticas públicas ligadas as questões de gênero.

OS TRANSEXUAIS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: uma visão dos aspectos legais e a aplicabilidade do princípio da dignidade da pessoa humana, foi apresentado por Livia Gonçalves de Oliveira, abrangendo a realidade do sistema carcerário e os direitos humanos.

Apresentamos também o poster sobre a REALIDADE VIRTUAL, IDENTIDADE REAL: UMA QUEBRA NAS BARREIRAS BINÁRIAS, tendo como pesquisadora Livia Pereira Leandro, o cenário do âmbito virtual e suas consequências.

Sob a orientação da professora Jane Silva Da Silveira, apresentamos o poster sobre UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO IMPACTO DA CULTURA EUROCÊNTRICA NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS E NA PERCEPÇÃO DAS

MULHERES INDIGENAS QUANTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA de autoria de Ana Carla Moraes da Silva e Jhyerony Thyago de Araújo Belém.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: A VIOLAÇÃO DA AUTONOMIA DA MULHER de autoria de Rafaella de Almeida Ribeiro Pereira, também trás a temática da mulher, e os atos de violência obstétrica junto aos direitos humanos.

E, finalmente abordando a temática sobre VULNERABILIDADE DAS TRABALHADORAS SEXUAIS FRENTE A AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO E A VIOLAÇÃO A DIREITOS CONSTITUCIONALMENTE GARANTIDOS de autoria de Julyane Reis De Andrade que abordam a realidade das trabalhadoras sexuais e os direitos constitucionais.

Enfatizamos a grandiosa e valorosa contribuição de todos os pesquisadores do grupo que apresentaram pesquisas instigantes e atuais e desejamos aos leitores uma proveitosa leitura.

Florianópolis, 08 de julho de 2024.

Coordenadores:

Prof. Dr<sup>a</sup>. Carina Deolinda da Silva Lopes – Faculdade Estácio do Rio Grande do Sul - FARGS

Prof<sup>a</sup>. Doutoranda Caroline Vargas Barbosa – Universidade de Brasília – UnB

Prof. Doutor Luiz Geraldo do Carmo Gomes -

# **O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS: ANÁLISE DE DADOS DO CRAM (2018 - 2020)**

**Denise Mercedes Nuñez Nascimento Lopes Salles<sup>1</sup>**  
**Maria Eduarda Ramalho da Silva**  
**Antonella D'Angelo Mesquita Moraes**

## **Resumo**

Petrópolis, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, apresenta altos índices de violência doméstica e contra mulher nos últimos anos (Prefeitura de Petrópolis, 2023). Dados apresentados no Dossiê Mulher do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ) referentes ao ano de 2022, indicam o total de 2.602 ocorrências de violência contra a mulher registrados no município; distribuídos da seguinte forma: 34% violência psicológica, 28% violência física, 27% violência moral, 6% violência sexual e 5% violência patrimonial. Paradoxalmente, a cidade é considerada como a mais segura para se viver no Estado (IBGE e Ministério da Saúde, 2023), com desenvolvimento econômico cada vez mais promissor na exploração do turismo histórico e cultural e com indústrias que produzem para todo o Brasil, tendo também altos índices de exportação.

Ademais, as catástrofes que assolam o Município evidenciam, em muito, o aumento de violações dos direitos das mulheres e a violência perpetrada contra as mais vulneráveis principalmente. Esta realidade tem impulsionado o município a adotar uma série de práticas e políticas públicas voltadas ao enfrentamento do crescimento exponencial da violência contra mulher. Este trabalho se insere em uma pesquisa que estuda a rede de enfrentamento da violência assim como as políticas desenvolvidas no município, na Universidade Católica de Petrópolis, coordenada por Denise Salles, professora do Mestrado em Direito.

O CRAM Tia Alice é um dos componentes que atua no acolhimento da mulher em situação de violência na promoção do rompimento da violência e construção da cidadania da mulher em Petrópolis. Firmou-se um termo de cooperação entre as pesquisadoras e a coordenação do equipamento para digitação das fichas de atendimento das mulheres em situação de violência. Neste contexto foi criado um banco de dados a fim de armazenar essas informações e auxiliar o equipamento, uma vez que, essas fichas são escritas e guardados em arquivo físico, possibilitando, assim, um acesso a esses dados de forma mais efetiva, aprimorando também o atendimento prestado e a elaboração de políticas públicas. As pesquisadoras participaram da criação do banco de dados, assim como da análise do material coletado no CRAM. A base gerada em Excel trabalha de forma integrada quantificando as informações a partir de uma fórmula que tem por base verificar se o dado digitado se encaixou como verdadeiro/falso para uma referência preestabelecida.

---

<sup>1</sup> Orientador(a) do trabalho/resumo científico

O objetivo da pesquisa é fazer uma análise exploratória dos dados de atendimento às mulheres em situação de violência em Petrópolis, assim como o mapeamento dos atores e políticas públicas que integram a rede de enfrentamento à violência doméstica e contra a mulher, além de uma detalhada análise de dados quantitativos provenientes dos atendimentos realizados no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM Tia Alice) e Judiciário do município.

Nesta etapa da pesquisa serão apresentados os dados do CRAM no marco temporal de 2018 a 2020, com ênfase nas características sociodemográficas das mulheres vítimas de violência. O perfil das mulheres atendidas no Centro de referência apresenta-se sendo majoritariamente de brancas, seguido por pardas e pretas, evidenciando a característica étnica da cidade devido a influência da colonização europeia. Dentre essas mulheres, a maioria é desempregada e com escolaridade cursada até o ensino fundamental ou médio incompletos. 40% dessas mulheres são solteiras no momento da agressão, seguido por casadas. Neste ponto é importante ressaltar que a maioria das mulheres sofrem agressão no momento da separação de corpos e não de fato. Os tipos de violência mais frequentes são psicológica, física e moral. Importante ressaltar que essas violências não são excludentes umas das outras, podendo a mulher sofrer mais de um tipo de violência em um único fato. Juntando todos os ex's (maridos, namorados e companheiros) estes representam 41% dos agressores, seguido por marido e companheiro. Por fim, verifica-se que a busca pelo serviço de atendimento inicialmente era mais indicada pela delegacia, diminuindo-se durante o lapso temporal, e evidenciando a indicação do equipamento nos outros agentes da rede. Este dado revela uma falta de comunicação e cooperação entre a delegacia e o Centro de Referência.

Apesar da análise desses dados, não conseguimos observar como a situação econômica dessas mulheres influenciava na permanência da situação de violência doméstica, uma vez que essa informação não era preenchida nos anos em estudo. Entende-se que a maioria dessas mulheres não chegava a fazer o registro da ocorrência por uma série de motivos, dentre os quais foram mais frequentes: o medo da separação, da perda dos filhos, dependência financeira e consequentemente a mudança de vida sem rede de apoio familiar. Por outro lado, as mulheres que registravam o fato e ingressaram com a ação penal não davam continuidade aos atendimentos; não ficando claro se a demanda pessoal da vítima foi atendida.

Pretende-se, com este estudo, enfatizar a necessidade de sistematização dos dados das instituições que compõem a rede de enfrentamento a violência contra a mulher para a elaboração de políticas públicas efetivas e a garantia dos direitos fundamentais da mulher; com o acesso à justiça e cidadania integral, com a quebra do ciclo da violência amparada pelo Estado e pelos profissionais da rede.

**Palavras-chave:** Violência Doméstica, Dados, Petrópolis

**Referências**

ANDRADE, V. Secretaria da Mulher e Fluxograma de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Disponível em: <https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/noticias/item/21052-secretaria-da-mulher-e-fluxograma-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia>. Acesso em: 08 abr. 2024.

REDAÇÃO MYSIDE. 10 cidades mais seguras do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://myside.com.br/guia-imoveis/cidades-mais-seguras-rio-de-janeiro>. Acesso em: 08 abr. 2024.

Dossiê Mulher - ISP Visualização. Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Mulher.html>. Acesso em: 08 abr. 2024.